

Geral

EDUCAÇÃO

Escola para população de rua pode unir turmas

Proposta de aglutinar alunos dos Anos Iniciais preocupa estudantes e será tema de reunião entre direção e Smed

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

Uma proposta encaminhada pela Secretaria Municipal da Educação (Smed) à direção da Escola Municipal Porto Alegre (EPA), que tem como foco instruir a população de rua, gerou preocupação na comunidade escolar da instituição. A orientação do município é de que a escola aglutine as três turmas existentes de manhã, voltadas para o ensino referente aos Anos Iniciais (do 1º ao 5º ano), em uma só, com um único professor. A direção também vê com preocupação a não renovação, até o momento, das oficinas realizadas no contraturno.

O conselho da escola se manifestou de forma contrária às propostas da Smed. O Departamento Pedagógico da pasta realizará uma reunião junto à direção da instituição nas próximas semanas, a fim de sanar esse impasse, reunião esta que já foi feita em 16 das 56 escolas municipais de Ensino Fundamental de Porto Alegre. Ainda não há data definida para o encontro, porém, deve ocorrer antes do início do ano letivo, que está previsto para 13 de março.

Atualmente, a EPA divide o currículo voltado para o 1º ao 5º ano em três turmas - Totalidade Inicial 1, focada no que é instruído para alunos do 1º e do 2º ano; Totalidade Inicial 2, na qual é repassado o conteúdo previsto para o 3º até a metade do 4º ano; e Totalidade Inicial 3, cuja pre-



MARCELO G. RIBEIRO/JC

Santos afirma que não há nem espaço físico em sala de aula para unificação de classes

visão é ensinar temas da metade do 4º até o final do 5º ano. As aulas são no modelo de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Com a mudança, as três Totalidades Iniciais seriam reunidas em uma única turma, com um professor, que teria a tarefa de dar todos os conteúdos em um só ano letivo.

A direção da EPA calcula uma média de 15 estudantes em cada uma das turmas, o que deixa a turma unificada com cerca de 45 alunos. Já a Smed estima o número total de estudantes nas três turmas em até

22. “A EPA prevê turmas pequenas desde sua abertura, e não temos nem lugar para juntar as três turmas em uma sala, porque os espaços são pequenos”, justifica o diretor da escola, Renato Farias dos Santos.

Segundo o diretor, além da falta de tempo para ensinar todos os conteúdos em um ano para pessoas com diferentes níveis de aprendizagem, a EPA tem especificidades que dificultam ainda mais a aglutinação das turmas. “Temos desde adolescentes com o nível regular de apren-

dizagem até estudantes com deficiências mentais ou dependentes químicos, e todos teriam que ser unidos em uma turma com um professor”, ressalta. Esse tipo de aglutinação já ocorreu em outras escolas de modalidade EJA, mas, conforme Santos, as especificidades de uma instituição voltada para esse perfil de estudante impedem que a mudança seja instituída na EPA.

O diretor chama atenção também para a não confirmação, ainda, da renovação das oficinas oferecidas no contraturno das aulas. As oficinas permanentes envolvem aulas de cerâmica e de papel artesanal, nas quais são feitas capas de agendas e cadernos. Os artesanatos permitem geração de renda para os alunos. Além dessas oficinas, parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) viabilizam oficinas de fotografia, jardinagem, confecção de livros de poesia, entre outras atividades.

Na visão do diretor, para além da qualificação profissional e da geração de renda para os alunos, as oficinas ajudam os estudantes a se organizarem melhor e, com isso, a gerenciarem melhor seus horários e responsabilidades, conseguindo, depois, empregos formais. “Na aula de cerâmica, por exemplo, tu não sais de lá sem limpar a bancada que usaste. Talvez o aluno não vire um ceramista, já que não tem os equipamentos necessários para isso, mas se tornará uma pessoa mais organizada”, avalia.

Decisão judicial impede fechamento da EPA proposto pela administração municipal em 2015

Em novembro, um processo judicial que tramitava desde 2015 teve decisão final da juíza Carmen Carolina Cabral Caminha, da 2ª Vara da Fazenda do Foro Central. O caso envolvia disputa entre a prefeitura, à época comandada por José Fortunati, que pretendia fechar a EPA, e as De-

fensorias Públicas da União e do Rio Grande do Sul, que questionavam o fechamento. A decisão foi favorável à manutenção da escola aberta.

A magistrada salienta, em sua sentença, que, “em uma escola com pessoas em situação de rua, evidentemente, as dificulda-

des escolares e pedagógicas serão imensamente maiores”. Por isso, considera “inviável a comparação de número de aprovados da EPA com o de outras escolas da rede pública municipal”.

O diretor da instituição acredita que, se as turmas forem aglutinadas ou as oficinas não forem

realizadas, é possível que a Smed esteja até mesmo desrespeitando a decisão judicial, uma vez que a escola mudará suas características. “Nos parece que, mesmo com a decisão final de não fechar a escola, aos poucos, se começa a desmontar a EPA de outras formas, diminuindo turmas, não

repondo professores e não dando garantias de manutenção de alguns projetos”, pontua Santos. Ele também relata que, neste ano, não foram realizadas atividades do projeto Verão da escola, que realiza oficinas ao longo das férias para manter o vínculo da população de rua junto à instituição.

Alunos voltam às aulas hoje na maioria das escolas privadas do Rio Grande do Sul

A maioria das escolas privadas gaúchas dão início hoje ao ano letivo de 2019. Em Porto Alegre, os principais colégios particulares, como Marista Rosário, Anchieta, Farrroupilha, João XXIII, Americano, Pastor Dohms e Dom Bosco recebem os alunos durante a manhã. Já no Bom Conselho, as aulas do Ensino Fundamental serão retomadas nos dias 20 e 21 deste mês, e as do Médio, no dia 20. No Interior, algumas instituições já iniciaram as aulas na semana passada.

Segundo o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do

Sul (Sinepe-RS), cada instituição tem autonomia para definir seu calendário, desde que cumpra os 200 dias letivos, previstos em lei. O presidente do Sinepe-RS, Bruno Eizerik, afirma que esse longo período de férias é sempre de muito trabalho para as instituições, que aproveitam o recesso para preparar melhorias na infraestrutura, no projeto pedagógico e capacitar os professores. “A cada início de ano letivo, as instituições trazem novidades no que se refere a projetos e novos espaços para qualificar ainda mais o ensino. Neste ano, esta-

mos identificando que as escolas estão investindo em novas tecnologias e metodologias de ensino e ambientes diferenciados de aprendizagem, como as salas makers, em que os alunos são incentivados a colocar a mão na massa.”

Eizerik lembra que 2019 será um ano de muito trabalho nas instituições para preparar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que deve ser aplicada nos currículos em 2020. “A BNCC mudará a con-

cepção do ensino, no qual o foco não será mais no conteúdo, mas sim em competências e habilidades que o aluno deverá desenvolver ao longo da vida escolar. É um documento que deverá reger os currículos escolares e tornará o ensino mais próximo das necessidades da nossa sociedade. Mas, para fazermos essa mudança, nossos gestores e professores precisarão ser capacitados”, destaca o presidente. Ele afirma que, ao longo do ano, o Sinepe-RS promoverá capacitações para orientar as instituições sobre a aplica-

ção do documento.

Segundo o calendário proposto pelo Sinepe-RS, o ano letivo termina no dia 18 de dezembro. Além dos feriados nacionais e estaduais, haverá feriado escolar no dia 14 de outubro, como antecipação à comemoração pelo Dia do Professor. O calendário também prevê o recesso escolar de 29 de julho a 2 de agosto para as escolas de Educação Básica. A rede privada gaúcha conta com 429 mil alunos matriculados na Educação Básica, conforme dados do último Censo do Ministério da Educação.